

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar: resultados preliminares

Bia Paixão Vidal*
Isabel Nogueira Vieira*

Resumo: O presente artigo integra os estudos realizados no projeto de pesquisa intitulado “A Educação Brasileira de 1964 a 1985: impactos da ditadura” e apresenta alguns dos resultados preliminares do mesmo. Neste texto apresentamos um panorama das questões relacionadas à educação básica brasileira no primeiro momento da ditadura, governo Castello Branco relacionando com o olhar das informações do periódico *Última Hora*, periódico de oposição, no último dia de governo João Goulart. Estamos, por esse caminho, iniciando uma discussão que traga à tona elementos capazes de permitir reflexões acerca das formas estratégicas do sistema educacional brasileiro na atualidade.

Palavras-chave: Política Educacional; Ditadura Militar; História da Educação.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados preliminares do projeto de pesquisa “A Educação Brasileira de 1964 a 1985: impactos da ditadura”, o qual tem como objeto central aprofundar as questões concernentes à educação básica brasileira durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e, assim, produzir elementos para reflexões sobre as formas estratégicas do sistema educacional brasileiro na atualidade. Para isso, o presente trabalho propõe-se a analisar o período ditatorial a partir de duas linhas metodológicas:

* Bia Paixão Vidal: Graduanda em pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: biavidalhp@gmail.com

* Isabel Nogueira Vieira: Graduanda em pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: bel.nvieira@gmail.com

Um levantamento das medidas educacionais postas em prática no primeiro momento da ditadura militar, no governo do presidente Castello Branco (1964-1967), com o objetivo de entender esse período;

E ao mesmo tempo identificar no jornal *Última Hora* (1951-1971), destacado como um jornal de grande relevância que não apoiou o golpe militar de 1964 (MACEDO, MELO, s/d), matérias relacionadas à educação e à política educacional vigentes no período pré-golpe, de modo a enriquecer o debate acerca da educação brasileira entre 1964-1985.

Com esses estudos, queremos contribuir para o alcance, de fato, da realidade educacional brasileira entre 1964 e 1985 e de sua influência na educação que vivemos hoje.

Partimos do pressuposto de que o golpe militar, ao se realizar, impediu um movimento de mudanças que estava sendo promovido nos anos 1950 e início da década de 1960, em que as políticas sociais, dentre elas a da Educação, eram a ponta de lança de inúmeros projetos governamentais e privados. As mudanças que identificamos na política educacional tinham como base a recuperação das bandeiras de luta do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)¹⁶ e, de forma mais ampliada, no Manifesto - Mais uma vez convocados (1959)¹⁷.

16 Redigido por Fernando de Azevedo o texto foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, [Lourenço Filho](#), Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e [Cecília Meireles](#). Esse manifesto defendia uma educação pública, gratuita, obrigatória, laica e única, apesar das inúmeras divergências de seus signatários. Se opunha à educação que considerava tradicional, dizendo-se partidário de uma nova educação. Além disso, os pioneiros acreditavam na educação como um direito de todos, portanto, um dever do Estado. Embora existam inúmeras críticas sobre a escola que seria construída a partir dos ideais deste Manifesto, é necessário entender e reconhecer sua participação fundamental na luta por uma educação pública e gratuita no Brasil, que até hoje persiste.

17 Redigido novamente por [Fernando de Azevedo](#), contou com 189 assinaturas, entre as quais as de [Anísio Teixeira](#), Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, [Darci Ribeiro](#), Álvaro Vieira Pinto. Nesse movimento o objetivo era resgatar um pouco dos ideais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em um momento no qual tramitava no Congresso Nacional o projeto da Lei de Diretrizes e Bases - LDB da educação brasileira. Para a aprovação desta, que ocorreu em 1961, foram anos de debate entre os defensores da escola pública e os da escola privada. Os últimos, em grande parte representados pela Igreja Católica, intervindo pela "liberdade de ensino". Desse modo, o Manifesto "Mais uma vez convocados" representou a união de intelectuais que defendiam que verbas públicas deveriam ser destinadas à educação pública e que as escolas privadas deveriam se submeter à legislação oficial, não impondo seus interesses sobre o setor público.

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

Desenvolvimento

Os dois manifestos contribuíram para alavancar discussões em favor da democratização do ensino no Brasil. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova se posicionou de modo contrário aos ideais de intelectuais conservadores e o Manifesto - Mais uma vez convocados, em oposição à Igreja Católica, colaborando na criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 4.024/61. Juntos, os dois documentos impulsionaram movimentos capazes de abalar as estruturas tradicionais em que se encontrava e ainda se encontra a educação brasileira. Mesmo com diferenças internas, entre os pensamentos de seus signatários, e externas, entre um Manifesto e outro, ambos os textos eram partidários de uma escola brasileira que se constituísse pública, gratuita, obrigatória e laica.

Esses anos mostraram o engajamento de educadores, intelectuais e políticos na luta por uma educação pública, gratuita, capaz de reconhecer a diversidade cultural e valorizar as demandas individuais de seus educandos, sem buscar para estes uma orientação, uma verdade científica que reproduza as desigualdades existentes. Podemos afirmar que foi um período fértil para a História da Educação Brasileira, conduzida por nomes que consolidaram esse campo como, por exemplo: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando Hildebrand, Paschoal Lemme, Paulo Freire. Este último, o mais conhecido e também membro do Movimento de Cultura Popular do Recife – MCP, atuou, valendo-se de uma pedagogia que buscava “aprofundar as aproximações e as trocas com os sujeitos dos meios populares, considerando aquilo que orienta seus modos de existir”. (GONÇALVES, 2013).

O MCP foi criado em 1960, em Recife, com apoio de Miguel Arraes durante sua primeira gestão na prefeitura da cidade. Se propunha a alfabetizar jovens e adultos a partir da valorização da cultura e dos conhecimentos populares. Segundo Gonçalves, no MCP¹⁸ os educadores poderiam explorar sua ação. Trabalhavam, investigavam, pesquisavam e, assim,

18 Com o golpe de 1964, o MCP foi extinto após sua sede ter sido alvo de dois tanques de guerra, todos os seus arquivos terem sido queimados e seus integrantes perseguidos por ordem dos militares.

se reconheciam como educadores, como pertencentes a uma cultura, retornando a suas origens. Entendiam, aos poucos, o sentido de sua ação em uma sociedade tão desigual. Trabalhando em conjunto, os educadores do movimento iam construindo relações humanas e sociais (GONÇALVES, 2013) e influenciavam a origem de diversos outros movimentos ligados a educação popular pelo Brasil. Com a chegada de João Goulart - o Jango - à presidência da República, os movimentos citados ganharam força e representatividade no governo, principalmente após o fim do Parlamentarismo:

No período de 1961 a 1964 estes movimentos ganharam corpo e ampliaram sua atuação no cenário social e educacional brasileiro, com o apoio do governo João Goulart (...). João Goulart, por seu turno, manifestava e agia na direção do encaminhamento conjunto tanto das reformas econômicas estruturais como da reforma educacional, por meio do Plano Nacional de Educação, o qual se evidenciava a tentativa de estreitamentos de ligações com os setores populares e, simultaneamente, um distanciamento das elites do país. (GATTI, 2010).

Contudo, esse panorama de fortalecimento da democracia e de uma proposta de ampliação do sistema educacional não impediu - e para alguns foram os motivos - do golpe de abril de 1964. De forma a exemplificar e apontar os impactos das primeiras ações dessa ruptura, analisamos como a mídia jornalística evoca situações que estampam uma trama de redes e acontecimentos sociais, nos dando a possibilidade de entrar em contato com o *modus operandi* pelo qual a política educacional era apresentada ao leitor e à população em geral. Para tal mergulhamos na edição do jornal *Última Hora*, do dia 31 de março de 1964, véspera do golpe civil-militar, e observamos alguns elementos que nos esclarecem questões que se tornaram a base das mudanças posteriores.

Um destaque se apresenta na segunda edição vespertina, da referida data, no jornal *Última Hora*, onde encontramos a matéria intitulada “*O Brasil espera que o Instituto do Livro cumpra seu DEVER*”. O texto assinado por Geir Campos ressalta as advertências relativas ao cumprimento do Decreto-lei de 1937, que marca a criação do Instituto Nacional do Livro - INL. Descreve-se aqui a chamada:

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

O Instituto Nacional do Livro, criado por decreto-lei em dezembro de 1937, um mês depois de instaurado no Brasil o regime do Estado Novo, ficou com uma série de atribuições que nunca cumpriu a contento, quando seus serviços poderiam ser de maior importância para a afirmação do sentido nacionalista e progressista que o governo vem procurando imprimir ao setor educação e cultura (UH, 31/03/1964 p.2).

Algumas propagandas sobre colégios privados e supletivos também indicam as representações da política educacional apresentadas no jornal a respeito da educação básica e exaltam recursos da política desenvolvimentista. Essas propagandas voltadas para as classes populares indicavam a necessidade de iniciativas do governo para combater a falta de instrução, tais como os exemplos seguintes, do periódico *A Última Hora*:

"Português

Curso completo 9 (nove) trimestres. Das 7 às 21 horas, diariamente. Escolha 3 horários por semana (Cr\$ 9.000,00 por trimestre). Assista a uma aula, como convidado. Direção do Prof. David dos Anjos Reichert... Brasileiro! Aprenda BEM o IDIOMA NACIONAL e convença o mundo a falar Português." (UH, 31/03/1964 p. 09)

"Ginásio em um ano. Oportunidade de recuperação do tempo perdido.

Qualquer que seja a sua idade e sexo você poderá fazer 4 anos de ginásio em apenas 1 ano. Pelo artigo 99, estudando apenas 5 matérias: Português, Matemática, Geografia, História e Ciências - provas realizadas 3 vezes ao ano- Diploma conferido pelos colégios estaduais da Guanabara." (UH, 31/03/1964 p. 10)

Ainda na edição vespertina do dia 31 de março de 1964, temos um discurso transcrito do então presidente João Goulart. A matéria, destaque daquela edição, traz a seguinte chamada na capa: "Presidente e sargentos abrem luta contra a desordem em nome da ordem. Jango: Não queremos o congresso fechado". O discurso, feito pelo Presidente João Goulart, tentando passar uma imagem de segurança e tranquilidade apesar das forças contrárias, preenche cerca de meia página na qual Jango discorre acerca dos seguintes temas:

acusações de ser um falso cristão; o apoio dos sargentos e suboficiais; e a reafirmação das propostas de reformas de base, dentre elas o combate ao analfabetismo.

No discurso, ao reafirmar seu Plano de Reformas, o então presidente aponta a importância da extinção do analfabetismo, tal qual as premissas do MCP, como alicerce da democracia:

Não existe - frisou - sentimento mais democrático do que reformar velhas estruturas, que não mais atendem às reivindicações das grandes massas populares. Não existem sentimentos piores, que mais atendem contra o espírito puro das Igrejas do que abafar as legítimas reivindicações de um povo. A injustiça, a fome, a miséria, o analfabetismo são os maiores inimigos de uma democracia autêntica e verdadeira. (UH, 31/03/1964 p. 2)

Na edição do Última hora que aqui trazemos como análise o destaque é a entrevista feita com Jango, pouco antes de ser deposto pelo golpe civil-militar, o então presidente fala sobre o seu futuro Plano para a Educação Básica, onde ele reafirma que desejaria atacar os “altos índices de analfabetismo” no país.

A proposta do golpe que aconteceu no Brasil em 31 de março de 1964 e depôs Jango, seria consolidar um novo modelo educacional a partir de críticas ao projeto anterior, que nem conseguiu se instaurar. Mesmo defendendo o fim do analfabetismo e a instrução popular, os governos militares não permitiram que se colocasse em prática a reforma educacional proposta pelo governo Jango, a qual oficialmente, utilizaria o Método Paulo Freire¹⁹ por toda a extensão territorial brasileira.

Sabemos que a educação pode apresentar a face de condutora principal de um projeto emancipatório ou ser a base para a conservação de um projeto reacionário. Mesmo em

19 Método de alfabetização de adultos que parte do universo vocabular da comunidade para que seja possível uma alfabetização conscientizadora da posição que esses sujeitos ocupam na sociedade. A partir das leituras de mundo dos adultos são selecionadas palavras geradoras que deem início ao processo de alfabetização propriamente dito. Deve-se salientar que o método faz parte de uma concepção teórico-filosófico que tem como eixo a politização do educando. Paulo Freire obteve sucesso na utilização de tal processo pedagógico no MCP, do qual era membro. A partir daí, também conquistou êxito com experiências em Angicos e Natal, no Rio Grande do Norte, e Osasco, em São Paulo, até seu método ser adotado em 1963 em Brasília, pelo governo federal.

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

períodos de retração, existe um embate entre as forças hegemônicas e contra hegemônicas que revela o conflito inerente à sociedade de classes (BUTTIGIEG, 1993). Esses movimentos de 1950 e 1960 persistem em formas de resistência durante a ditadura, mas não conseguem se reinventar. É, nesse sentido, onde a História político-pedagógica se faz central, que este projeto se insere com o objetivo de revelar as forças políticas condutoras da educação no período após o Golpe e suas consequências:

É provável que esse tenha sido um dos grandes golpes impostos pela Ditadura Militar e aliados contra os movimentos sociais e populares daquele tempo. As conquistas mais importantes naquele âmbito de problematização e elaboração estavam apenas começando; as dinâmicas de autocrítica e questionamento não tiveram tempo de se consolidarem. Com a dispersão imposta, com o aumento do número de exilados, os movimentos sociais e populares foram sendo retomados, ao longo da Ditadura Militar, como formas de resistência, sem que os achados mais importantes daquele período pudessem ter sido exaustivamente examinados e reinventados. (GONÇALVES, 2013).

O Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, militar cearense nascido em Fortaleza e primeiro presidente do Brasil após o golpe de 1964 em 15 de abril de 1964 através da eleição indireta, teve seu governo como suporte legal para validar o endurecimento cada vez maior da ditadura civil-militar, conforme informações do Arquivo Nacional, no sítio da presidência da república brasileira.

De acordo com os documentos que encontramos na base de dados citada, em seus discursos, Castello disse ter encontrado o campo educacional brasileiro em péssimas condições, dado que, no momento, havia mais de 30 milhões de analfabetos, faltava mão de obra nos setores primário, secundário e terciário, o que se apontava como ocasionado por déficits na educação, que encontramos na Biblioteca Virtual referida anteriormente. Também criticava a falta de especialização pedagógica dos professores e o quanto a escola e o ensino, se distanciaram da realidade dos educandos. A carga horária escolar baixa era mais um dos pontos que incomodavam o ex-presidente (BRANCO, 1965). Todas essas questões levantadas, para ele só existiam por causa da crise constituída, principalmente, nos dois governos anteriores - Juscelino Kubitscheck e João Goulart - que não teriam investido de forma

contundente no desenvolvimento da educação brasileira. Sendo assim, o governo representado pelo Presidente Castelo Branco precisava constituir mudanças que, segundo José Willington Germano, se produziam através de um “tripé ideológico [que] era constituído, pois, pela Doutrina da Segurança Nacional, pela Teoria do Capital Humano e por correntes do pensamento cristão conservador” (GERMANO, 1994: 183).

Este modelo ideológico foi base das formulações de todo o período da ditadura que já vinha se formando entre os grupos que forjaram o golpe. A Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Gary Becker, surgiu nos Estados Unidos, nos anos 1950 e teve como principal formulador Theodore W. Schultz. Ele a propõe com o objetivo de demonstrar o quanto o “fator humano” pode ser importante para a ampliação da produtividade econômica no capitalismo, o que significa dizer que o trabalho humano era capaz de gerar um considerável aumento nas taxas de lucro do capital. E a educação realizava um papel fundamental nessa lógica. Ela, que nesse caso deveria receber investimentos capitalistas, se tornava um “valor econômico”, já que era considerada o pressuposto do desenvolvimento da economia e também do indivíduo, que se valorizava ao mesmo tempo em que valorizava o capital. A Teoria do Capital Humano, ao ser implementada, provocou um forte individualismo e justificou as contradições do capitalismo, realizando a manutenção das relações de poder e das desigualdades existentes, em uma sociedade na qual as classes dominantes subjugarão as classes populares. Sendo assim, podemos entender, conforme Gatti (2010), também citando Manacorda (1991):

A percepção do valor econômico da educação, pois resulta da ideia de que a educação interfere na produtividade econômica, sendo fator de desenvolvimento econômico, por meio do desenvolvimento tecnológico dos instrumentos e da organização da produção, bem como da necessidade da intervenção estatal como racionalizadora e equilibradora da produção.

Os recursos humanos para a produção são consequências dos investimentos entre os quais a instrução é muito importante e a capacidade produtiva do trabalho é, predominantemente, um meio de produção produzido. A educação, nessa perspectiva, teria duas funções básicas: a de “educar o produtor especializado ou o consumidor desinteressado de cultura (MANACORDA, 1991; GATTI, 2010)

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

E a Doutrina de Segurança Nacional – DSN, que tem suas origens ligadas à Teoria do Capital Humano, foi elaborada pelos Estados Unidos no período da Guerra Fria. A DSN possuía uma lógica totalitária, a qual não permitia divergências políticas e descontinuidade dos valores considerados mais tradicionais. Assim, com um cunho militar e conservador, acreditava que tudo o que fosse diferente do corpo social, tudo que questionasse este e fugisse de uma sociedade considerada em harmonia pelas economias de mercado, seria uma ameaça para os valores da ideologia liberal e deveria ser extirpado.

A repressão foi fortemente exercida, vigiando professores e suas condutas, observando alunos e expulsando os subversivos. Todos esses atos eram respaldados na ideologia de Segurança Nacional, na qual de certa maneira funcionava como um movimento anti-intelectual em nome de um anticomunismo propositadamente exacerbado (NUNES, 2011).

O Brasil foi controlado pela DSN através do Sistema Nacional de Informações – SNI, órgão responsável por manter a ordem e garantir que os objetivos do capitalismo fossem alcançados. Aqui, todos aqueles que se opunham de alguma forma ao estabelecido pelo governo, seriam vistos como subversivos apoiados por países socialistas que pretendiam derrubar um regime democrático, a Ditadura Militar, que agia para garantir a liberdade.

Sob outros aspectos, todavia, o sistema educacional brasileiro impõe ponderáveis obstáculos à obra de democratização de oportunidades: além dos déficits de atendimento, decorrentes da limitação de recursos imposta pelo subdesenvolvimento, existe um visível desequilíbrio na ação conjunta dos poderes públicos nos três níveis escolares. Como é do conhecimento do país, poucos setores (foram) tão atingidos pelo Estado de coisas anteriores à Revolução quanto o do ensino, onde o Governo pecara não só pela omissão, mas também pelo estímulo a elementos desejosos de implantar a subversão. Na realidade, o ensino fora abandonado e os professores, principalmente nas Universidades, sentiam-se ameaçados na sua autoridade. Programas e planejamentos foram postos de lado, ao mesmo tempo em que um clima de irresponsabilidade conduzia ao aviltamento da educação brasileira. (BRANCO, 1965).

A partir da lógica na qual se insere a Teoria do Capital Humano e a DSN pensa-se numa educação tecnicista, que se pauta na subordinação dos objetivos educacionais aos objetivos da produção, ou seja, no tecnicismo a educação é submetida aos interesses da sociedade.

Seu objetivo é formar mão-de-obra para a indústria que não questiona as relações de poder estabelecidas pelo capitalismo. O conhecimento gerado por esse tipo de educação é totalmente desvinculado da realidade e faz com que a visão sobre o mundo seja parcial. Uma educação tecnicista contribui para que o oprimido (classe dominada) se torne cúmplice do opressor (classe dominante) ao desenvolver naquele uma consciência política essencial para manter as desigualdades que tanto beneficiam este.

Conforme Gatti, na concepção dos militares, a alfabetização era imprescindível para o desenvolvimento econômico que buscavam, alicerçado pelo capitalismo. O analfabetismo deveria ser erradicado, mas a forma como a população seria instruída estava submetida à “manutenção da hegemonia de poder dominante”. Para que isso ocorresse, era preciso que a educação se concentrasse na aprendizagem, discutisse a mesma, os métodos de ensino e a didática. Não podia mais pautar suas discussões acerca dos problemas sociais e não podia mais refletir sobre as relações entre escola e cidadania, escola e realidade:

As principais propostas vinculadas nos planos do Governo Militar, vinculavam diretamente educação e desenvolvimento no sentido da formação de recursos humanos, sendo o investimento em capital humano tomado claramente como fator econômico residual, do desenvolvimento tecnológico por meio de investimentos em Ciência e Tecnologia (C&T), por meio da distribuição de renda; do desenvolvimento humano, por meio dos indivíduos talentosos, mas tudo isso limitado pela ideologia da segurança nacional, na qual participação e cidadania não combinavam com oposição ao regime militar (GATTI, 2010).

A partir dessa reflexão talvez sejam mais perceptíveis os motivos pelos quais os militares, logo após o golpe de 1964, acabaram com o Programa Nacional de Alfabetização - PNA, fundamentado pelo Sistema Paulo Freire (GATTI, 2010), e que tinha como objetivo implantar diversos sistemas educacionais direcionados às classes populares, de modo a alcançar sucesso na alfabetização e conscientização de populações que vivem realidades diferentes, em regiões específicas, e ainda não foram beneficiados pela educação. O PNA foi criado por João Goulart, através do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, consagrando o “Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido”. O PNA previa a “cooperação e os serviços” de “agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis” (GADOTTI, 2013).

Em 16 de julho, a Portaria Ministerial 195 instituiu, junto ao Gabinete do Ministro da Educação, a *Comissão de Cultura Popular* “com o objetivo de implantar, em âmbito nacional, novos sistemas educacionais de cunho eminentemente popular, de modo a abranger áreas ainda não atingidas pelos benefícios da educação”. Paulo Freire é nomeado presidente desta Comissão. Sua primeira tarefa foi fazer um levantamento nacional do número de analfabetos para subsidiar o futuro *Programa Nacional de Alfabetização*. O número de analfabetos de 15 a 45 anos, em setembro de 1963, era de 20.442.000. (...) Tudo isso cairia por terra com o golpe civil militar de 1964. Dia 14 de Abril, logo após o golpe de estado, o Decreto nº 53.886, um dia antes do General Castello Branco assumir o poder, extinguiu o *Programa Nacional de Alfabetização*. Ranieri Mazzilli, presidente em exercício, por meio deste ato, afirma que extinguiu esse Programa considerando a necessidade de “reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no país” e para “preservar as instituições e tradições de nosso país (GADOTTI, 2013).

Retornando ao ideário da pedagogia tecnicista no período Castello Branco, é possível constatar que foi nesse sentido no qual o governo propôs, como incremento da educação básica brasileira, o aprimoramento da prática docente, prometendo formar 900 supervisores em centros de treinamento, capacitar 3.500 professores para o trabalho em escolas comerciais, formados em um centro de especialização de docentes especializados, aprimorar cada vez mais o ensino normal, formar e treinar docentes, técnicos administrativos e pesquisadores no campo educacional. “Proceder-se-á ao treinamento e capacitação de 3.500 professores e instalar-se-á um centro para formação de docentes especializados para as escolas comerciais” (BRANCO, 1966: 110).

Foi anunciado também que, no que diz respeito ao ensino primário, seriam criadas mais matrículas através do recolhimento do salário-educação, escolas de fronteira seriam construídas, os resultados obtidos no Censo Escolar realizado em 1964 seriam analisados e apurados e o sistema educacional sofreria uma ampliação a fim de que os déficits de escolarização fossem diminuídos. Para o ensino médio, visto como a mais relevante

modalidade da educação capaz de democratizar as oportunidades de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, prometeu a construção de novos ginásios, assistência técnica aos estabelecimentos responsáveis pelo ensino comercial, formação de um maior número de técnicos industriais e auxiliares técnicos através da ampliação do ensino industrial e criação de bolsas de estudo para os filhos de trabalhadores sindicalizados.

Ao ensino médio dar-se-á especial relevância, pois este nível se vem constituindo em sério obstáculo ao processo de democratização de oportunidades e em ponto de estrangulamento ao suprimento de técnicos agrícolas e industriais indispensáveis ao crescimento econômico nacional; o ponto de partida para a ação de aperfeiçoamento do ensino médio será a implantação de um programa especial de bolsas de estudo para os filhos de trabalhadores sindicalizados, original em todos os sentidos e que dará novas dimensões à educação a ao sindicalismo no País (BRANCO, 1966: 110).

Todos esses dados estão sendo analisados para que saibamos sua autenticidade no que diz respeito ao cumprimento dessas propostas feitas pelo ex-presidente Castelo Branco. Para darmos seguimento ao debate, temos pontuado nossas discussões de acordo com os trabalhos que a historiografia brasileira vem promovendo desde o ano 2000, o que implica em reforçar que o uso da expressão “Ditadura Militar” não designa de forma evidente os responsáveis por tal período que acometeu o país, apresentando apenas um lado dos que promoveram o golpe e o estruturaram o governo de 1964 a 1985, os militares. É necessário nomear todos que construíram esse “consórcio” de forças que naquele momento conseguiu o poder com “(...) uma heterogênea aliança, reunindo líderes políticos, empresariais e religiosos, civis e militares, elites sociais e segmentos populares” (REIS,2014). Entender como os grupos contra hegemônicos conseguiram organizar as relações de poder e chegar ao governo, pela força, é ponto crucial para desvelar as políticas educacionais de então (BUTTIGIEG,1993). Esta visão se destaca nas políticas que foram agenciadas por esses governos, em especial na educação, onde o setor empresarial, após fóruns organizados, principalmente pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, pensou qual seria a educação que desenvolveria o país de forma a ser alcançada a produtividade e a formação de mão de obra (DREIFUSS,1981). Percebam que o IPES não era apenas formado por empresários, mas também por

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

professores universitários como Theophilo de Azeredo Santos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), grande defensor de um ideal, no qual a Educação deveria ser voltada para as necessidades do mercado.

O IPES representou, fundamentalmente, os interesses do empresariado brasileiro associado ao capital estrangeiro e das empresas multinacionais, de uma “elite orgânica” desse bloco histórico (DREIFUSS, 1981) que terá como tarefa principal manipular a apreensão da realidade pela população, fazendo com que seus interesses corporativos apareçam como interesse geral da sociedade brasileira, em uma atuação marcante na superestrutura ideológica da mentalidade nacional. Eram, de fato, os responsáveis pela formação de uma nova hegemonia que legitimava uma intervenção militar na política nacional. (GATTI, 2010).

Tais discussões embasam nossa análise do discurso do referido presidente, centro da análise em questão, pontuando como os empresários foram fortalecidos por cada movimentação da política dos militares. É com essa conjuntura e visivelmente com uma consolidação das forças reacionárias que se deu o golpe em 1964, paralisando os avanços que vinham lentamente se materializando. Nossa proposta é justamente trazer para exame as políticas educacionais desse difícil momento da história brasileira.

Considerações Finais

É importante ressaltar que na fase introdutória de nossa pesquisa nos deparamos com uma enorme dificuldade no acesso à informação já coletadas e expostas aqui. O texto presente é um estudo que teve como base os dados da Biblioteca Virtual *Center for Research Libraries*, onde encontramos todos os discursos e envios de mudanças legislativas dos presidentes da ditadura militar. Para fortalecer nossas análises, fizemos uma busca de cunho biográfico do ex-presidente Castello Branco e, em seguida, cruzamos as informações conseguidas até o presente momento. Assim, nossa análise indicou de forma mais clara a postura adotada pelo governo no período estudado, tendo como objeto central a Educação Básica. Foram identificadas nos instrumentos midiáticos, em especial nos jornais de grande circulação, matérias relacionadas a educação e a política educacional vigente no período

ditatorial. Sendo assim, ao analisarmos principalmente as matérias jornalísticas e as propagandas, que de forma sutil sinalizam os ecos e os silêncios decorrentes do golpe, percebemos por onde essas forças políticas deveriam intervir, como nos foi comprovado através dos discursos do presidente Castello Branco. Logo, a ausência de notícias, de documentação, de registros enfrentada em um primeiro instante são fortes dados que evidenciam a necessidade do modelo político em silenciar as ações que reorganizavam o sistema educacional.

A partir dessas reflexões, podemos afirmar que as diretrizes e práticas se consolidaram pelos paradigmas de Segurança Nacional e Tecnicismo, durante esse período. Tanto a Segurança Nacional quanto o Tecnicismo tiveram como base a Teoria do Capital Humano. Esta, constitutiva de um corpo ideológico e teórico vinculado a disciplina Economia e Educação. De fato, já entendemos que a política de Castello Branco para a educação se pautou em um modelo tecnicista que tinha como base a teoria do “capital humano”, a qual explicaria a modernização como proveniente de bases e determinações materiais, intimamente ligadas ao processo de produção e reprodução do capital, rompendo com o caminho que vinha sendo trilhado pelo presidente João Goulart com íntima perspectiva com os movimentos de educação popular expresso na sua preocupação em entrevista no jornal *Última Hora* citado acima. O que veio após 1º de abril de 1964 foi a:

A crença na capacidade educativa centrada no material instrucional e no aparato tecnológico animou os planos educacionais colocados em ação durante os governos militares. Houve, sem dúvida, uma conveniência entre as propostas que animavam o campo pedagógico no corte tecnicista, com ênfase nos processos de ensino e aprendizagem, e o regime militar e vigor, dado que essa opção deixava em segundo plano os debates em torno da relação escola e cidadania e, por consequência, os debates em torno da democracia. A combinação de um regime político fechado, apoiado internacionalmente, com a estruturação de uma educação que aspirava a neutralidade, em correspondência com a doutrina de segurança nacional, coadunava-se ao processo de modernização conservadora empreendida sob forte controle estatal e a lógica de uma escola que formaria o capital humano necessário para o desenvolvimento econômico brasileiro. (GATTI, 2010).

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

Reiteramos que neste curto espaço apenas apontamos as questões iniciais de um período da nossa História do Tempo Presente, no qual entender a ditadura em relação à condução da política educacional é essencial.

Referências bibliográficas

BRASIL. Governo Federal. Biblioteca da Presidência da República. Biografia. Humberto de Alencar Castello Branco, Marechal. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco>. Acesso em: 30/09/2015.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 1965. p. 169-171. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1350/>. Acesso em: 20/03/2015.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 1966. p. 108-110. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1347/>. Acesso em: 20/03/2015.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 1967. p. 96-105. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1334/>. Acesso em: 20/03/2015.

BUTTIGIEG, Joseph A. (1993) *Educação e hegemonia*. In *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro; Campinas: Ed. Civilização Brasileira; Ed. Unicamp, 2003.

CAMURRA, Luciana; TERUYA, Teresa Kazuko. *Escola pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o direito à educação*. Primeiro Simpósio Nacional de Educação: XX Semana da Pedagogia. UNIOESTE. Cascavel-PR, 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2015.pdf>. Acesso em: 03/11/2015.

DINIZ, Lilia. Última hora, 60 anos. In: Observatório da Imprensa. 24/11/2011. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/lt_i_gt_ultima_hora_lt_i_gt_60_anos. Acesso em 13/03/2015.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: 50 anos de Angicos - Significado para a educação brasileira hoje*. Direcional Educador, ano 9, n.100, mai. 2013, p.08-12. São Paulo,

Unifreire. Disponível em: <http://boletim.unifreire.org/edicao02/2013/09/11/paulo-freire-50-anos-de-angicos-significado-para-a-educacao-brasileira-hoje/> Acesso em: 20/11/2015.

GASPAR, Lúcia. *Movimento de Cultura Popular*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=723 Acesso em: 20/11/2015.

GATTI, Décio Jr. *A pedagogia tecnicista no contexto brasileiro do golpe militar de 1964: o projeto educacional do instituto de pesquisa e estudos sociais (1961-1972)*. Cadernos de História da Educação. v. 9. n. 1. jan./jun. Edufu: Uberlândia, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/7451/4768> Acesso em: 10/10/2015.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. 2.^a edição - São Paulo: Cortez, 1994.

GONÇALVES, Luiz Gonzaga. *A Educação de Jovens e Adultos e a arte de pensar por alternativas*. ANPED: Goiânia, 2013.

Jornal *Última Hora*. Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/uhdigita. Acesso em: 20/08/2015.

KUENZER, Acácia; MACHADO, Lucília R. S. "Pedagogia Tecnicista". In: MELLO, Guiomar N. de (org.). *Escola nova, tecnicismo e educação compensatória*. Edições Loyola: São Paulo, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. "Tendências pedagógicas na prática escolar". In: _____ . Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. cap 1. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAehikAH/libaneos> Acesso em 15/10/2015.

MACEDO, R. G.; MELO, W. F. de. O periódico Última Hora e sua relevância na História da Mídia Impressa Brasileira. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/O%20PERIODICO%20ULTIMA%20HORA%20E%20SUA%20RELEVANCIA%20NA%20HISTORIA%20DA%20MIDIA.pdf> Acesso em: 19/05/2017.

MENDES, Ana Flávia. *Última hora escola de jornalismo e trincheira de defesa da democracia*. Revista Princípios. Disponível em: <http://www.revistaprincipios.com.br/principios/34-noticias/339-jornal-%C3%BAultima-hora-escola-de-jornalismo-e-trincheira-de-defesa-da-democracia.html> Acesso em: 7/08/2015.

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/> Acesso em: 27/01/2016.

“Método Paulo Freire”. In: CUNHA, Luís Antônio - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/metodo-paulo-freire>. Acesso em: 25/05/2017.

MINTO, Lalo W. *Teoria do Capital Humano*. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_do_capital_humano.htm Acesso em: 07/10/2015.

NUNES, Renato Costa. *A economia e a educação brasileira: nos governos militares*. Universidade Estadual de Maringá - UEM. Monografia de curso de especialização em Gestão Pública Municipal. Maringá, PR. 2011.

OLIVEIRA, Ramon de. *A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira*. Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/bts/271/boltec271c.htm> Acesso em: 03/10/2015.

PARSINATO, Darciel. “Importância do Manifesto de 1959 para a educação brasileira”. *Revista Semina*. Passo Fundo-RS. v. 10. 2º sem./2011.

RAMEH, Leticia. *Compreensão do movimento de cultura (MCP) em pernambuco antes do golpe militar de 64 e educação popular*. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <http://www.ipfp.pt/cdrom/C%EDrculos%20de%20Discuss%20Tem%20E1tica/04.%20Pol%EDticas%20I/leticiarameh.pdf> Acesso em: 17/11/2015.

REIS, Daniel Aarão. *Modernização, Ditadura e Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2014